

Comissão quer antecipar votação da nova Carta

Bilau Pereira

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, entregou ontem ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, o Projeto de Constituição do relator, deputado Bernardo Cabral, já com parecer sobre as 1.340 emendas consideradas de adequação.

Na reunião, da qual participaram também o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, o líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli e o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, além dos relatores adjuntos de Cabral, ficou acertada a apresentação de um requerimento, assinado por todos os membros da Sistematização, pedindo a antecipação para amanhã da ida do projeto ao plenário da Constituinte. Com isso, ficam eliminados os cinco dias de discussão das emendas de adequação na Comissão de Sistematização. O projeto será apreciado a partir de hoje às 18 horas.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, a ideia é entrar em acordo ainda hoje com os membros da Sistematização, para votar automaticamente o parecer tal qual apresentado por Cabral e encaminhá-lo imediatamente ao plenário da Constituinte para já no sábado começar a discutir seu mérito. Ele enfatizou a importância da reunião como o início de um entendimento dentro da Constituinte e passou a palavra ao presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos, que classificou o acordo como o começo do "pacto de Brasília".

A ideia de passar a discussão do texto ao plenário da Constituinte surgiu face às críticas generalizadas em relação ao conteúdo do projeto e à tentativa do grupo democrático, liderado pelos deputados Carlos Sant'Anna e Expedito Machado (PMDB-CE) de forçar entrada de emendas de mérito nessa primeira fase da Sistematização, proibida pelo Regimento Interno da Constituinte. Para o senador pefelista Carlos Chiarelli, o acordo significa a vitória do bom senso: "Ao mesmo tempo que aceleramos o processo para chegar ao mérito, que é o que interessa a todos, evitamos o constrangimento de aprovar um projeto que vem sofrendo a crítica de todos".

Centro Democrático
O líder do governo e do grupo "Centro Democrático", deputado Carlos Sant'Anna concorda com o acordo, mas diz que o seu grupo continua com a intenção de apresentar um Projeto de Decisão à Mesa da Constituinte, para mudar o Regimento Interno e permitir a apresentação de Substitutivo pelos parlamentares. A ideia, segundo ele, é aprovar a mudança antes da volta do projeto à Comissão de Sistematização, 30 dias após a sua discussão no plenário da Constituinte.

Novas Emendas
Das 600 emendas encaminhadas ontem pela manhã pelo senador Afonso Arinos para exame quanto a serem de mérito ou de adequação, apenas 13 foram acatadas pelo relator como de compatibilização e tiveram parecer imediato. Antes de viajar ao Rio, à tarde, por problemas familiares, Cabral entregou as emendas ao senador Fernando Henrique Cardoso, para passá-las a Arinos, junto com o parecer sobre as outras 1.327 emendas. Segundo Cardoso, as demais postas sob dúvida por Arinos eram realmente de mérito, alterando propostas como o conceito de empresa nacional e o conselho de comunicação, sendo, por isso, rejeitadas pelo relator.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), no entanto, que assessorou Arinos nesse trabalho de reexame das emendas — junto com os deputados José Lins (PFL-CE), Francisco Dorneles (PFL-RJ) e Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SE) — garantiu que as centenas de emendas enviadas ao relator eram de fato de adequação e não de mérito. Ela não considera que houve má-fé do relator ao rejeitá-las, mas culpa as falhas do Regimento Interno como causadoras de todos os problemas nessa fase dos trabalhos: "A má-fé houve na hora da elaboração do Regimento Interno da Constituinte e a continuar como está o seu texto, ainda vamos ter problemas muito maiores".

Arinos já admite pedir novo prazo

A futura Constituição já corre o risco de um atraso na sua promulgação, prevista para 15 de novembro ou princípios de dezembro, pois a Assembleia Nacional Constituinte está diante de uma "fatalidade cronológica". A expressão foi usada ontem pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), ao admitir que os prazos estabelecidos para a Comissão de Sistematização, por ele presidida, são muito exigiosos.

Ele mencionou a hipótese de ampliação desses prazos, mesmo sem alteração do regimento interno, adiantando que poderá levar essa proposta ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte. E justificou: "O processo de elaboração da Constituição transcende à cronologia".



Afonso Arinos (esq.) recebeu de Nelson Jobim (dir.) projeto do relator Bernardo Cabral

Lideranças rejeitam Aliança

A proposta do Palácio do Planalto para que a Aliança Democrática promova o consenso em torno dos pontos polêmicos da Constituição não está sendo aceita pelas lideranças do PMDB e do PFL. O líder pefelista na Câmara, José Lourenço, afirma que a Aliança não existe na Assembleia, acrescentando ser esse um "trabalho que tem que surgir naturalmente entre os parlamentares, através do estímulo das lideranças de cada partido".

Existem no anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) 18 pontos considerados polêmicos tanto pelo Palácio do Planalto como pelas lideranças partidárias da Constituinte. Mas isso, segundo o líder do PMDB, Luiz Henrique, não exige a elaboração de uma estratégia especial. Ele explica que todos esses entendimentos acontecem "por aí".

Os dois líderes, no entanto, reconhecem que existe a necessidade de um estímulo à negociação para evitar que a futura Constituição seja decidida por pressões radicais. José Lourenço não acredita que esse acordo suprapartidário seja alcançado com muita facilidade, mas mesmo assim acha necessário buscá-lo.

O líder do PFL na Câmara, diz que esse não é o momento para se tentar mostrar uma nova estratégia para "pacto", pois já existe o "grupo dos modernos" que está alcançando um bom resultado. "Só deveremos interferir se essa tentativa não der certo".

Repúdio

O vice-líder do PFL, deputado Alcenio Guerra (PR), representante do partido junto aos "modernos", disse que o Palácio do Planalto "não deveria ficar se preocupando

com coisas dessa natureza". Também criticou o fato da decisão palaciana só ter surgido "três semanas depois do grupo — que reúne moderados do PFL e a esquerda do PMDB — ter iniciado as conversações". Para Alcenio, qualquer interferência desta natureza "poderá atrapalhar o bom andamento do entendimento".

Ele, como os líderes, acredita que tenta reavivar agora a Aliança Democrática "é um dos maiores equívocos da proposta". Por isso, ressalta, "o trabalho do nosso grupo é tão importante". O líder José Lourenço é da mesma opinião, já que as adesões dos partidos da extrema esquerda — PDT, PT, PCB — estão começando a surgir. Já Luis Henrique condena essa tese. Na sua opinião, "não existe acordo surgido de grupos", assim ele defende a atuação e aproximação das lideranças partidárias.

Revolução de 32

"Constituintes, constituintes, lembrai-vos de 32". Esse apelo, feito ontem pelo poeta Paulo Bonfim diante do Mausoléu do Soldado Constitucionalista, no Ibirapuera, foi a tônica das comemorações em São Paulo do 55º aniversário da Revolução Paulista. Quase todos os ex-combatentes, os mais jovens dos quais têm hoje 73 anos, desceram à cripta do mausoléu, para rezar diante do túmulo dos jovens que morreram naquele movimento, deflagrado em defesa da Constituição. Todos demonstraram profunda preocupação pelos rumos da atual Constituinte.

Abamec reivindica

A fim de demonstrar a necessidade de fortalecimento do mercado de capitais, os presidentes das seis regionais da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamec) enviaram documento à Assembleia Nacional Constituinte. As lideranças acreditam que esse fortalecimento é fundamental para o desenvolvimento da empresa privada, que se encontra sem recursos para novos investimentos. As lideranças defendem, ainda, alocação maior de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento para o setor.

Sugestões do Sul

A Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) iniciou um trabalho junto à população para coletar sugestões para a Constituinte. Segundo o presidente da entidade, César Rogério Valente, nos primeiros dias já se teve uma amostra de que a tarefa é importante e que algumas propostas talvez não tenham sido apresentadas ainda por nenhum político para constar da nova Constituição. César Valente informou que a Federasul ficará até agosto à disposição de todos interessados que queiram fazer críticas, dar apoio ou fazer emendas para serem apresentadas à Constituinte.

"Lobby" do PR

O lobby dos ruralistas paranaenses, que hoje acompanharão a votação da reforma agrária, pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, deverá chegar a cinco mil pessoas, segundo o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), regional de Curitiba, Abelardo Lupion. A Federação da Agricultura do Estado do Paraná — FAEP — que não se vincula à UDR, mas partilha do mesmo projeto, enviou cinco de seus diretores a Brasília para o trabalho de pressão sobre os constituintes.

Arraes reticente

"Por enquanto, não tenho o que fazer na Convenção". Esta foi a resposta do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, aos senadores Mário Covas e Afonso Camargo, que durante mais de duas horas tentaram convencê-lo a comparecer à próxima Convenção do PMDB. Mesmo ouvindo a argumentação de ambos — sobre a importância de sua presença, assim como uma definição sobre o mandato do Presidente — Arraes não se motivou. Os senadores voltaram a Brasília sem saber por que o Governador resistia.

Para Sarney, projeto só contém sugestões

Na tradicional audiência das quintas-feiras aos parlamentares, o presidente José Sarney voltou a se queixar do projeto de Constituição elaborado pela Assembleia Constituinte que, em sua opinião, já deveria ter reduzido o texto nessa primeira fase dos trabalhos. «Da forma como está trabalhando, a Constituinte não é um projeto, mas um conjunto de sugestões», criticou o Presidente, observando que o texto tem deixado muita gente insatisfeita.

Ele deu essas declarações ao deputado José Jorge (PFL-PE), um dos parlamentares que atuou como relator na primeira fase da Constituinte. Sarney disse também que o projeto de Bernardo Cabral devia ser imediatamente encaminhado a plenário, para sofrer emendas de

mérito, uma medida que não está prevista no regimento.

Para o senador Aloisio Chaves (PFL-PA), o Presidente voltou a se queixar da metodologia de trabalho da Constituinte, no que recebeu o pronto apoio do parlamentar. Aloisio lhe disse que todas as Constituintes do mundo moderno trabalharam com um texto básico e, no caso do Brasil, não se podia fugir à regra. Só para um parlamentar, Gustavo de Faria, o Presidente lastimou a decisão da Executiva Nacional do PMDB, que optou pelo voto secreto na convenção que vai decidir sobre o seu mandato. «Então agora o voto é secreto, né?», ironizou Sarney, enquanto Gustavo de Faria comentava: «Muitos que não tinham coragem de falar publicamente, vão votar agora pelo mandato de quatro anos».

Conservadores contestarão no plenário

Numa reunião informal realizada ontem, às 17h00, o grupo denominado "conservador", que se considera prejudicado no projeto de Bernardo Cabral, decidiu que a melhor estratégia é não tentar derrubar o texto na Comissão de Sistematização. Os deputados Paes Landim, Sandra Cavalcante, João Alves, Luís Eduardo, Cristóvão Chiaradia, Eraldo Tinoco, José Lins e Konder Reis preferem guardar para o plenário da Constituinte a munição com que pretendem eliminar do trabalho de Bernardo Cabral as ideias que consideram liberais em demasia.

Está no seu ponto crítico a crise resultante do aproveitamento de pouco mais de 10% das 5,7 mil emendas pelo relator Bernardo Cabral. O grupo conservador está convencido de que as emendas foram apreciadas mediante um mapeamento ideológico, levado a cabo pelos relatores das Comissões Temáticas (todos do PMDB independente) e que deixou de fora do projeto de Constituição tudo que não agradava à esquerda.

"Nesta fase, cooptaram para o bloco progressista constituintes como José Richa e Alfredo Campos, aceitando todas as emendas por eles apresentadas", afirmou um integrante do grupo.

Essa insatisfação, patenteada ainda no fato de que o PFL só teve um por cento de aproveitamento de suas emendas, levou há dois dias o deputado Konder Reis a procurar o senador Afonso Arinos. Na conversa, ele lembrou que não tem sentido os conservadores terem ganho na comissão temática, no caso específico da ordem econômica, para perder na Comissão de Sistematização.

Arinos nega que concorde com mudança

O senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, não aceita discutir agora qualquer emenda que altere na substância o anteprojeto da futura Constituição. Ele desmente que defenda alteração no regimento — norma que conduz o trabalho na Constituinte — para que possam ser feitas mudanças de conteúdo ou que seja apresentado um projeto substitutivo, como defende o líder do governo, Carlos Sant'Anna, e o principal articulador do bloco de centro no Congresso, deputado Expedito Machado (PMDB-CE).

"O projeto do deputado Carlos Sant'Anna propondo um presidencialismo forte diz respeito à substância, ao mérito. E como se alguém quebrasse o braço, necessitando de gesso, e fosse submetido a uma operação no duro. Isto é discutir o mérito, que pode ser uma designação de valor, mas que diz respeito à substância. Este tipo de proposta não pode ser discutido nesta fase dos trabalhos da Comissão de Sistematização", afirmou Afonso Arinos, em entrevista no seu gabinete.

O senador defendeu apenas a adaptação do regimento no que diz respeito aos prazos. Cético quanto à tentativa de que a nova Constituição possa vir a ser finalizada em 15 de novembro — "é um prazo apertado" — Afonso Arinos realizou nos últimos quatro dias, com ajuda de assessores e dois deputados (Sandra Cavalcanti e Antônio Carlos Konder Reis) uma verdadeira sistematização paralela à do relator Bernardo Cabral.

"Assessores e deputados que trabalharam comigo e o grupo que trabalhou com Bernardo Cabral encararam de forma diferente muitas emendas apresentadas", explicou.

Grupo busca o consenso

Sistema de Governo, mandato do Presidente e voto distrital são os temas indicados pelos grupos considerados "progressistas" do PMDB e do PFL como "inconciliáveis", que entravam o entendimento e serão decididos apenas pelo voto em plenário. Mesmo assim, o grupo (que não aceita ser chamado de Aliança Democrática, pois deseja ser suprapartidário) quer enxugar o anteprojeto e encontrar uma solução de consenso para itens polêmicos, como a reforma agrária, anistia, conceito de empresa, de propriedade e legislação sindical, jogando todo o supérfluo para a lei complementar.

Na última quarta-feira, o grupo "progressista" esteve reunido no apartamento do deputado Saulo Queiros (PFL/MS) e foram selecionados 18 temas, distribuídos com os parlamentares presentes. A missão de cada um, segundo revelou o deputado Jaime Santana (PFL/MA), "é operacionalizar e compatibilizar as propostas programáticas com o texto constitucional, procurando enxugar para não magoar". A estratégia do deputado

Nelson Jobim (PMDB/RS), será "impedir que a futura Constituição seja resultante do confronto de radicais". Jobim sugeriu ainda que o máximo de temas fosse tratado em lei complementar. Esses temas somente seriam aprovados e modificados com quorum especial.

O vice-líder do PFL, deputado Alcenio Guerra, acredita que destas reuniões "irá nascer uma luz no final do túnel". Concordando que mesmo entre o pequeno grupo, que se reuniu duas vezes, as convergências e divergências existem, o parlamentar frisou ser o momento de entendimento, do diálogo e da concessão. Para ele, os temas polêmicos, que merecem um tratamento minucioso são estabilidade no emprego, reforma agrária, intervenção do Estado na economia, capital estrangeiro, distribuição de renda, recursos para saúde e educação, sistema financeiro e tributário.

O deputado Jaime Santana ressaltou que a hora é de buscar adesões com PT, PDT, PCB e PC do B. "Serão os pontos coincidentes dos nossos programas que nos levarão à unidade", afirmou.